

## **Ideologia, os partidos precisam de alguma para viver?**

Homero de Oliveira Costa

Jornal de Hoje, 23.10.2010

Um olhar, mesmo que superficial, para os partidos políticos locais e suas estratégias eleitorais para o próximo ano revelam que a lógica das (ainda pretensas) coligações eleitorais está muito longe de qualquer afinidade programático-ideológica.

Isso tem sido a regra nos processos eleitorais. O motivo? A fragilidade histórica e a inconsistência ideológica dos partidos. Se tivéssemos partidos fortes, com ampla base social e consistentes do ponto de vista ideológico, certamente esse processo seria diferente e não circunscrito aos "caciques" dos partidos.

Há razões históricas. O Brasil, com raras exceções, sempre teve partidos fracos e inconsistentes ideologicamente. No Império, basicamente dois partidos das elites (Liberal e Conservador) se revezavam na composição do parlamento, submetidos ao Poder Moderador. O Partido Republicano, que se organiza a partir de 1870, era mera expressão dos interesses dos grandes proprietários rurais (alguns, inclusive possuidores de escravos), com algumas divergências com os dois partidos hegemônicos e que foram os beneficiários do golpe militar que instaurou a República (uma república, aliás, sem republicanos...).

Na 1ª. República (1889-1930) o domínio absoluto das oligarquias representadas pelo Partido Republicano, um período que teve como característica escassa participação eleitoral e fraudes nas eleições como regra. Não havia necessidade de coligações porque o domínio do PR era absoluto.

De 1930 a 1945, até o golpe de 10/11 de 1937, quando é instaurada a ditadura do Estado Novo, havia ainda arremedos de partidos (basicamente regionais). De 1937 a 1945, a ditadura fechou o Congresso e, portanto, acabou com os partidos.

Até 1945 não havia partidos políticos nacionais e os programas partidários eram mera formalidade burocrática, a exceção do partido comunista (surgido

em 1922 e com um breve período de legalidade entre 1945-47).

A partir daí tivemos dois períodos: o que vai de 1945 até 1965, com um congresso com a representação de 13 partidos, sendo a UDN, PSD e PTB os mais expressivos e outro pós ditadura militar (1964-85). Com o Ato Institucional no.2 em 1965, a extinção dos partidos e a formação do bipartidarismo (Arena e MDB) até 1979.

Depois, um pluralismo limitado e a partir de 1985, com o fim da ditadura, uma ampla liberdade de organização partidária (incluindo os partidos comunistas) e hoje, um congresso com mais de 20 partidos com representação no Congresso Nacional (afora dezenas das chamadas "legendas de aluguel" com registro no TSE)

Essa pluralidade de partidos significa necessariamente diferenciações tanto do ponto de vista programático como ideológico? Considerando as coligações eleitorais, parece que nem tanto. Embora alguns estudiosos do sistema partidário brasileiro percebam certo grau de diferenciação ideológica entre os partidos, no que diz respeito às coligações, essas diferenciações tendem a diminuir, além do impacto que tem sobre a fragmentação do sistema partidário e na própria representatividade do sistema político (distorções na representação, por exemplo: Vota-se em determinado candidato e pode ajudar a eleger outro, de outra legenda).

Quanto aos programas e ideologia, a questão é: a ideologia dos partidos se constitui num obstáculo para a realização de coligações? Qual o peso do posicionamento ideológico dos partidos quantos às coligações eleitorais?

No que diz respeito ao período de 1946-65, Wanderley Guilherme dos Santos no livro "Crise e castigo: partidos e generais na política Brasileira" (1987), mostra como o posicionamento ideológico dos partidos é uma variável pouco relevante para explicar as coligações partidárias. E para Bolívar Lamounier e Raquel Meneguelo ("Partidos políticos e consolidação democrática") nenhum partido "desenvolveu uma estrutura organizacional complexa e voltadas para uma atuação permanente: era, claramente, partido de "notáveis" ou

agregações comandadas por caciques populistas".

Creio que a explicação pode ser extensiva, em grande parte, para o período subsequente (a exceção do período do bipartidarismo imposto pela ditadura, na qual as eleições tinham talvez um caráter mais plebiscitário, mas tanto a Arena como o MDB também eram dirigidas, especialmente no plano estadual, por "caciques populistas").

Assim, brevemente, como situar as coligações eleitorais e vinculá-la à ideologia dos partidos? A meu juízo, a lógica das coligações tem sido mais pragmática do que ideológica. O objetivo de todos os partidos é o de ampliar as chances eleitorais, ou seja, a decisão a respeito das coligações é feita levando em conta não o posicionamento ideológico dos partidos, mas o cálculo de custos e benefícios eleitorais.

O que ocorre no plano estadual, que segue esse padrão de coligações, se coaduna com o que me parece tem ocorrido em âmbito nacional, ou seja, a perda da nitidez ideológica dos partidos, com exceção de pequenos partidos com claro posicionamento político-ideológico (PSOL e PSTU, por exemplo).

Assim para responder a pergunta se os partidos precisam de uma ideologia, me parece que sim. O problema parece ser qual ideologia e, principalmente, a coerência em relação a ela...

Homero Costa é professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN  
[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero\\_costa/index.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/homero_costa/index.html)



www.dhnet.org.br